



## Servidores não querem 10 centavos de aumento, querem dignidade!

Um governo que corta mais de R\$ 1 bilhão do Trabalho e Previdência e mais de R\$ 800 milhões da educação, que é à base de tudo, não tem qualquer respeito à população brasileira e, consequentemente, ao serviço público, responsável pela operacionalização do bem-estar social. Prova disso foi a reserva de R\$ 1,7 bilhão que o governo separou no Orçamento Geral da União para um possível reajuste de servidores. Para o contingente de trabalhadores na esfera federal, o valor é irrisório e não contemplará a todos. Como o governo já vem sinalizando anteriormente, apenas algumas carreiras seriam contempladas, mais especificamente três (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Penitenciário Nacional).

Por isso, a cada passo desastroso do governo Bolsonaro, os servidores públicos federais caminham rumo à greve. Já existe um indicativo de paralisação para 9 de março. A categoria luta por um reajuste linear de 19,99%, que representa apenas a recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no atual governo. A Condsef/Fenadsef e outras entidades nacionais do funcionalismo lutam por reajuste igual para todos. O vice-presidente Hamilton Mourão chegou a ironizar a categoria dizendo que se fosse para todos seria “Dez centavos de aumento”.

“R\$ 1,7 bilhão não resolve o nosso problema porque temos hoje em torno de 1.257 milhão de servidores e esse montante não possibilita um reajuste linear para todos. Não podemos ficar sob a égide da ironia do presidente da República, do seu ministro da Economia ou do seu vice. Não Hamilton Mourão, não queremos 10 centavos de aumento, queremos dignidade. Queremos de vocês o mesmo tratamento que foi dado ao orçamento secreto”, dispara o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

O sindicalista questiona que o governo Bolsonaro destinou R\$ 16,500 bilhões para o orçamento secreto e mais de R\$ 5 bilhões para o fundo eleitoral. “Para o reajuste dos servidores precisamos de mais recursos e tem de onde tirar. Então, se o governo Bolsonaro está querendo remeter essa discussão para março, a consequência pode ser a maior greve do funcionalismo federal nos últimos tempos que está se organizando junto às entidades da categoria.”, alerta Sérgio Ronaldo.

Lembrando que desde a entrada do Temer em 2016, quando foram encerradas as negociações com os servidores federais, a categoria amarga uma perda salarial de quase 30%.

Fonte: Condsef

## ELEIÇÕES 2022

### Período para inscrição de chapas se encerram no próximo dia 02 de fevereiro

Até o próximo dia 02 de fevereiro de 2022, a Comissão Eleitoral que coordena a eleição do Sindsep/MA, estará realizando o pedido de registro das chapas que pretendem concorrer ao pleito para a nova Direção e Conselho Fiscal para o triênio de 2022 a 2025.

As podem ser inscritas na sede da entidade, no bairro do Monte Castelo, no horário de 08 às 12h e das 14 às 18h.

Poderão se candidatar ao pleito os servidores ativos e aposentados que estejam em dias com suas responsabilidades estatutárias, e que obedeçam ao tempo mínimo de 3 meses de filiação à entidade.

A votação para a nova Direção e Conselho Fiscal do Sindsep/MA acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de março de 2022.

## Bolsonaro recua e diz que vai reajustar piso do magistério em 33%

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter dito a apoiadores, na noite desta quarta-feira (26), que vai cumprir a lei e conceder o reajuste máximo para o piso salarial de professores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) vai manter a mobilização em defesa do cumprimento da Lei do Piso do Magistério (11.739/2008).

A entidade defende o pagamento de 33,23% de reajuste, e seguirá pressionando prefeitos, governadores e governo federal para fazer valer essa lei, de acordo com nota publicada pela entidade nesta quinta-feira (27).

### Entenda a luta dos professores pelo piso do magistério

Os ataques do governo Bolsonaro à Educação no país não têm limites. Além dos cortes orçamentários para o setor neste ano, de R\$ 739,9 milhões, feitos pelo próprio presidente da República, o Ministério da Educação (MEC) quer impedir o reajuste de 33,2% do piso salarial dos profissionais da educação, sugerindo pagar o valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de apenas 4,6%.

No ano passado, os professores e professoras da educação pública básica obtiveram zero por cento de reajuste salarial. O último reajuste foi em 2020, com índice de 12,8%.

Para defender o piso salarial da categoria que subiria de R\$ 2.886,24 para R\$ 3.845,34, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), preparou um calendário de mobilização, de 02 de fevereiro a 16 de março. Confira:

### Equiparação salarial

Segundo a CNTE, sem o reajuste, a meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que os salários do magistério sejam equiparados às demais categorias com a mesma escolaridade, não será atingida. No final de 2021 os professores estão recebendo 69% da média salarial de outros profissionais com a mesma formação e a mesma carga horária.

“Nós consideramos um absurdo essa atitude dos ministérios da Educação e Economia, e do governo Bolsonaro. Essa é uma categoria profissional que já recebe baixos salários e que tem direito a um piso para tentar equiparar sua média salarial à de outros profissionais com a mesma formação e carga horária”, disse o presidente da CNTE, Heleno Araújo à Rádio Brasil Atual.

A CNTE já acionou a Justiça Federal para que o reajuste seja cumprido e não descarta a hipótese de, se necessário, de entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para manter os direitos da categoria.

“Além disso, estamos orientando as nossas entidades afiliadas a fazerem um processo de negociação com prefeitos e governadores a fim de cumprir o que a lei determina. Caso algum prefeito ou governador negue cumprir a lei, estamos orientando também a entrar na Justiça local. Nós entendemos que a lei é um direito e se não for pago na política, vai ser determinado o pagamento na Justiça”, disse Heleno, na mesma entrevista.

O dirigente lembrou ainda que a postura do ministério prejudica os profissionais e também a

qualidade do ensino que é oferecido à população.

“Quando o governo ataca esse reajuste ele traz um prejuízo enorme para as professoras e os professores, mas também aos estudantes e à população que precisa da escola pública para garantir seu processo de aprendizagem”, contestou Araújo.

### Entendimento jurídico

A lei que criou o piso do magistério (n.º 11.738/2008) vincula, no artigo 5.º, o reajuste para os professores ao aumento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental do Fundeb. Esta regra tem sido aplicada desde 2009.

A CNTE entende que o reajuste que deve ser pago pelos governos estaduais e municipais, está contido na lei que vincula a correção do piso da categoria à variação do valor por aluno anual previsto no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o principal mecanismo de financiamento do setor.

Já o Ministério da Educação diz que novas regras do Fundeb não condizem mais com Lei de 2008 que estabelece critérios para o aumento do piso da categoria.

Com base numa consulta à Advocacia-Geral da União, o MEC alega que com a aprovação do novo Fundeb em 2020, a vinculação perdeu a validade e que é necessário criar outro índice de reajuste.

Confira matéria completa .

Fonte: CUT